

UM SIGNIFICADO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Claudeci Pereira Neto¹

RESUMO

Por meio da análise conceitual das palavras desenvolvimento e economia, o artigo atribui um significado ao desenvolvimento econômico. Este é entendido como o resultado de um processo gradual e contínuo de satisfação, por meio do consumo, das crescentes necessidades das pessoas por serviços e bens econômicos, mediante a alocação e administração eficientemente dos recursos escassos. Ao se basear nesse conceito e o exame de dados de pobreza em diferentes regiões do mundo, observou-se que o desenvolvimento econômico estava longe de ser alcançado no fim do século 20, pois as necessidades de parcela da população não eram atendidas, especialmente as básicas. Ademais, isso foi devido à subutilização e à baixa remuneração do trabalho, considerado o recurso escasso mais importante do sistema econômico.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Recursos escassos. Trabalho.

A MEANING FOR ECONOMIC DEVELOPMENT

ABSTRACT

Through the conceptual analysis of the words development and economy, the article assigns a meaning to economic development. This is understood as the result of a gradual and continuous process of satisfying, through consumption, people's growing needs for services and economic goods, through the efficient allocation and management of scarce resources. Based on this concept and the examination of poverty data in different regions of the world, it was observed that economic development was far from being achieved at the end of the 20th century, as the needs of part of the population were not met, especially the basic ones. Moreover, this was due to the underutilization and low remuneration of work, considered the most important scarce resource in the economic system.

Keywords: Economic development. Scarce resources. Work.

JEL: A11, O10, O15

1INTRODUÇÃO

No meio político e, por vezes, no acadêmico, a expressão “desenvolvimento econômico” tem sido usada corriqueiramente para designar os estágios finais ou de evolução de alguma nação ou região. Mas quais são as características finais desse processo? Ou quais os passos que delimitam a passagem de um estágio de evolução para o outro? Os que se arriscam a responder a tais perguntas e a definir um conceito para o desenvolvimento econômico têm frequentemente que refazer suas apreciações por observar, na realidade complexa, duras falhas de um processo que, aos seus olhos, deveria ser harmonioso.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente é economista do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), Conselheiro Efetivo do Conselho Regional de Economia do Espírito Santo (Corecon-ES) e representante dos empregados no Conselho de Administração do Bandes.
E-mail: claudecineto@hotmail.com



Dentro da ciência econômica, desde os fisiocratas, muitas convicções econômicas surgiram para justificar ações dos governos nacionais. Nesse sentido, a concorrência política e econômica entre países e regiões acabava por submeter as pessoas ao crescimento econômico. De fato, tal crescimento não objetivava a melhoria do bem-estar da população, mas os anseios da classe dominante (SOUZA, 1995).

A fim de entender o significado do desenvolvimento econômico e aquilo a que ele se propõe, busca-se, neste artigo, delimitar um sentido para a expressão desenvolvimento econômico mediante um exame conceitual das palavras desenvolvimento e economia. Isso posto, coube verificar, por meio de dados de pobreza em diferentes regiões do mundo, se as necessidades básicas da população por bens e serviços econômicos estavam sendo atendidas no fim do século 20 e se o recurso mais importante do sistema econômico – o trabalho humano – se encontrava bem empregado.

Na próxima seção, propõe-se um significado para o desenvolvimento econômico. Na seção 3, discorre-se sobre duas abordagens teóricas sobre o tema. Em seguida, são analisados alguns exemplos do pensamento desenvolvimentista da segunda metade do século 20. Além disso, verifica-se, na seção 5, se a satisfação das necessidades e o emprego do fator trabalho, o recurso escasso mais importante da economia, estavam sendo atendidos no fim do século passado. Por fim, são tecidas conclusões sobre o estudo.

2 UM SIGNIFICADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Tentar conceituar uma expressão dentro da ciência econômica pode gerar inconvenientes por esta não ser uma ciência exata, e sim social, além do fato de que as definições são arbitradas pelos homens pensantes e podem camuflar ideologias, distorcendo o caráter e o rigor puramente científico. Talvez seja nesse âmbito que Meier e Baldwin (1968, p. 12) apresentam um entendimento tão pessimista a esse respeito: “nenhuma definição que se dê de desenvolvimento econômico será inteiramente satisfatória”. Apesar disso, muitos cientistas sociais, especialmente os economistas – principalmente depois das duas Grandes Guerras e da Grande Depressão, as quais ocorreram na primeira metade do século XX, intervalo em que o mundo “despertou” para os países subdesenvolvidos do hemisfério sul –,

arriscaram-se a demarcar um sentido para o processo de desenvolvimento econômico.

Muitos cientistas econômicos, no anseio de concederem respostas prontas aos problemas sociais, sentem-se tentados a traduzir a realidade em números, como se o objetivo da ciência econômica fosse a mensuração *ex post* dos problemas econômicos. Ao renegarem as dimensões políticas, sociais, culturais, ambientais em suas análises, esquecem que o objeto de estudo dessa ciência e demais ciências sociais é o indivíduo e suas relações sociais. E assim consideram possível a transformação definitiva do homem social no *homo economicus*.

No entanto, o desenvolvimento econômico é parte do desenvolvimento humano e, portanto, precisa ser mais bem delimitado e compreendido. Para alcançar tal objetivo, faz-se necessário proceder a uma análise isolada de cada termo dessa expressão, ou seja, o estudo das palavras desenvolvimento e economia. O que quer dizer o termo desenvolvimento? A que se propõe a economia? Depois desse exame, cabe aqui novamente uni-las, para assim encontrar não uma explicação exata, precisa, mas um caminho mais claro do real processo de desenvolvimento econômico.

Na Antiguidade, a palavra grega *oikonomia* (*oikos*=casa e *nomos*=lei) significava a administração das comunidades familiares. Era apenas um ramo do conhecimento com o simples objetivo de manter o abastecimento e a distribuição. A simplicidade baseava-se na fraca atividade econômica e sua pouca interdependência. Com o passar dos séculos até chegar a Renascença, o comércio entre as regiões cresceu, quando já se observava o uso mais frequente de moedas nas trocas e as relações sociais eram mais complexas. A formação dos Estados nacionais e a conquista de outras regiões do planeta, inclusive a América, fizeram com que a economia passasse a atuar com vista ao fortalecimento do Estado, como ramo do conhecimento voltado para sua administração (ROSSETTI, 1990).

De acordo com Rossetti (1990), a economia só foi reconhecida como ciência a partir do século 18, com a tentativa, por parte da escola fisiocrata na França e dos clássicos na Inglaterra, de formar um pensamento científico a respeito da riqueza na sociedade, ou seja, de que forma ela se formava, se distribuía e era consumida. Assim, a economia deveria ter o rigor para analisar, criar leis, teorias e princípios, a fim de explicar cada uma dessas etapas.

Na década de 1930, o economista britânico Lionel Charles Robbins criaria o conceito de economia que seria aceito, desde então, pela maioria das correntes econômicas. Segundo ele, a economia é a “[...] ciência que estuda as formas do comportamento humano, resultantes da relação existente entre as ilimitadas necessidades a satisfazer e os recursos que, embora escassos, se prestam a usos alternativos” (ROSSETTI, 1990, p. 49). A analogia entre necessidades infinitas e recursos escassos está na base da existência da ciência econômica. De um lado, os indivíduos sociais demandam ilimitadamente bens e serviços, que ultrapassam suas necessidades biológicas e entram no campo psicológico; de outro, os recursos humanos (trabalho) e patrimoniais (terra, capital – aqui incluem matérias-primas, máquinas – e tecnologia), também denominados fatores de produção, são escassos para produzir as quantidades desejáveis. Com base nesse pensamento, a economia ficou conhecida, principalmente com o despertar para a discrepância entre os países ricos e pobres, como a “ciência da escassez”.

O problema da escassez, em contrapartida ao crescente desejo de consumo da sociedade, impõe ao cientista econômico a alocação eficiente dos recursos humanos e patrimoniais para alcançar níveis de produção desejados. Daí, considera-se que a problemática da economia é saber o que, como, quanto e principalmente para quem produzir (RIZZIERI, 2004).

Se as necessidades humanas são atendidas por meio do consumo, pode-se dizer que grande parte da população possui um elevado grau de privação, pois seus rendimentos são insuficientes para comprar bens e serviços necessários a satisfazer suas necessidades, especialmente as biológicas. Nesse sentido, a ciência econômica, além de cuidar melhor da “[...] administração dos escassos recursos disponíveis para a satisfação das necessidades humanas” (ROSSETTI, 1990, p. 112), deve preocupar-se com o caráter distributivo da riqueza social.

Como bem lembrado por Todaro (1981, p. 46), “é a escassez que dá origem à escolha, e escolhas envolvem ‘conflitos’”. “[...] E a escolha das melhores alternativas depende das opções sociais e políticas feitas pela própria sociedade ou pelos seus governantes” (ROSSETTI, 1990, p. 116-117). Assim, observa-se que a economia está inter-relacionada com outras ciências para a explicação dos problemas econômicos e sociais.

A economia, então, propõe-se a satisfazer as crescentes necessidades dos agentes, mediante a administração eficientemente dos recursos escassos.

Desse modo, o desafio da ciência econômica não é pequeno. A maioria dos economistas tem conhecimento de que, dentro do atual estágio do capitalismo, os problemas de privação do consumo de bens e serviços serão eliminados à medida que a sociedade conseguir distribuir melhor a riqueza².

É eliminando a ociosidade, incorporando aos fluxos de produção os contingentes de desempregados e promovendo a ótima combinação dos recursos disponíveis que as economias se tornam capazes de atender com maior eficiência às necessidades e aos desejos da coletividade, sejam eles vitais ou artificialmente criados (ROSSETTI, 1990, p. 116).

De posse da definição de economia e ante ao que ela se propõe, passa-se ao estudo do segundo termo. Para descrever a palavra *desenvolvimento*, há de se lançar mão da sua semântica dentro da língua portuguesa. Para melhor compreendê-la, deve-se desagregá-la para assim analisar o significado do prefixo *des* e do radical *envolver* e do sufixo *mento*. Segundo Ferreira (2004, p. 624, 770, 1312), em seu Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa, a palavra *envolver* tem o sentido de enrolar, embrulhar e abranger um todo, como se nada pudesse ficar à mostra. Trata-se de incluir algo por inteiro, por completo, no conjunto e não parcialmente. Já o prefixo *des*, nesse caso, tem o sentido de dar intensidade ou reforço à palavra. Logo, *envolver* ganha mais uma camada para dar robustez ao revestimento da totalidade. O envoltório que poderia tornar-se frágil diante de qualquer ação adversa adquire pujança, vigor. Aqui parece que *des* simboliza uma ação contínua, gradual, um processo autorreforçador. O sufixo *mento* pode ser descrito como o efeito ou resultado da ação, ou seja, as implicações alcançadas com o ato de desenvolver. Portanto, *desenvolvimento* é o **resultado do processo gradual e contínuo do aperfeiçoamento do objeto de estudo, levando em conta sua total inclusão.**

² “Normalmente, por trás de distribuições muito desiguais de renda, encontram-se também distribuições muito desiguais de riqueza, ou seja, do estoque de capital da economia. Contudo, [...] não há grande dificuldade em se mensurar a distribuição de renda e, portanto, avaliar o perfil distributivo do país, o mesmo não acontece com a riqueza. Em realidade, seria muito difícil estimar o valor do estoque de capital da economia para, posteriormente, investigar como ele se distribui. Problemas conceituais, metodológicos e operacionais praticamente inviabilizam tais estimativas. Assim, quando falamos em questões distributivas, restringimo-nos à distribuição da renda, ainda que, rigorosamente, devêssemos nos referir também à distribuição da riqueza” (PAULANI; BRAGA, 2000, p. 228).

Como neste trabalho o objeto de estudo são os indivíduos como agentes econômicos, torna-se instigante arriscar – longe de ser uma definição – uma posição a respeito do desenvolvimento econômico. Este, então, pode ser entendido como o **resultado de um processo gradual e contínuo de satisfação, por meio do consumo, das crescentes necessidades das pessoas por serviços e bens econômicos³, mediante a alocação e administração eficientemente dos recursos escassos.**

Conclui-se que os benefícios desse processo devem ser estendidos a todos, sem distinção, ou seja, como bem expõe o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 1996), o ser humano deve ser posto no centro do processo de desenvolvimento. A alocação e administração ótima dos recursos devem levar em conta que “[...] a população [é] o recurso mais importante e valioso de toda a nação” (FNUAP, 1995, p. 9).

3 DOIS MODOS DE OBSERVAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Grosso modo, existem duas correntes de pensamento a respeito do tema: a) a que encara o desenvolvimento econômico igual ao crescimento econômico, ou seja, examina a variação do produto interno e tende a aceitar a renda *per capita* como indicador; b) e a que vê a variação do produto nacional como meio indispensável, mas não suficiente, ao desenvolvimento econômico, o que requer mudanças qualitativas na vida das pessoas, nas instituições e na estrutura de produção.

A primeira vertente considera o crescimento econômico como resultado final e mais visível do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, este é visto como processo em que a renda real nacional aumenta mais que o crescimento populacional, resultando, assim, na elevação da renda *per capita*. Esse pensamento está diretamente ligado à grande parte das formulações dos economistas neoclássicos e de alguns pós-keynesianos, como Harrod e Domar. Tais cientistas têm em mente que uma nação é subdesenvolvida porque cresce menos que as

³ Um “bem é tudo que tem utilidade, podendo satisfazer uma necessidade ou suprir uma carência. Os bens econômicos são aqueles relativamente escassos ou que demandam trabalho humano”. Existem vários tipos de bens econômicos, os quais são classificados pelos economistas, como bens de consumo, bens de capital ou de produção, bens duráveis e não duráveis, bens necessários, bens supérfluos... Já os “bens livres são abundantes na natureza que não podem ser monopolizados nem exige trabalho algum para ser produzido, não tendo, portanto, preço; por exemplo, o ar ou a luz do sol” (SANDRONI, 2005, 78-79).

desenvolvidas, ou seja, não cresce o suficiente ou abaixo das suas reais possibilidades, por empregar ineficientemente os fatores de produção (SOUZA, 1995).

Essa corrente se uniria à “teoria dos estágios de crescimento econômico”, dos anos 1950, a qual defende que o desenvolvimento seria alcançado por meio de sucessivo crescimento do produto interno bruto (PIB). Seu idealizador mais renomado foi o economista e historiador Walt Whitman Rostow, que, no início da segunda metade do século passado, formulou o modelo dos “estágios lineares”, no qual apresentava as etapas por que um país subdesenvolvido teria de passar para se tornar desenvolvido economicamente. Esse modelo aponta a escassez de capital ou a sua reduzida ou lenta acumulação como a maior restrição ao crescimento e ao desenvolvimento econômico (SOUZA, 1995).

Dentro da segunda vertente, encontram-se os chamados “modelos estruturalista-internacionais”, que se voltam para uma análise histórico-institucional das causas do insuficiente avanço econômico de países da América Latina e Caribe. Tais países estariam atrelados às nações industrializadas numa relação de dependência tanto econômica quanto, em muitos casos, política, financeira e cultural. Daí, surge a noção de “centro e periferia”, no fim dos anos 1940, com o economista Raúl Prebisch, da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). Por esse viés teórico, só se reconhece o desenvolvimento econômico pela melhoria nos níveis de vida, o qual é alcançado por meio de reformas estruturais e institucionais. Expõe, ainda, que o crescimento econômico é indispensável, mas o seu caráter deve ser modificado para que traga qualidade de vida a toda a população (TODARO, 1981).

As visões das duas correntes sobre o desenvolvimento econômico possuem fragilidades. A primeira quando examina o desenvolvimento como igual a crescimento, levando em conta o aumento do produto, não conferindo importância à natureza desse crescimento. Alguns efeitos perversos podem acontecer nesse processo, tais como: má distribuição da riqueza; transferência da riqueza para outros países; baixos salários; incorporação de tecnologias poupadoras de mão de obra num país onde o fator trabalho é abundante, aumentando, assim, o desemprego. Nesse sentido, a população de uma região ou país deve ser mais bem analisada, a

exemplo do seu nível de crescimento, sua razão de dependência e quantidade de pessoas que não conseguem atender suas necessidades básicas de consumo.

A segunda corrente tende a considerar o desenvolvimento humano equivalente ao desenvolvimento econômico. Contudo, o desenvolvimento humano é mais amplo, pois envolve os aspectos não só econômicos, senão culturais, políticos e sociais. Logicamente, numa economia desenvolvida, pressupõe-se que a sociedade disponha de melhores condições de educação, saúde, lazer, enfim, bem-estar social. Entretanto, melhores índices de educação e saúde podem ser alcançados sem aumentar a renda familiar, por exemplo. A melhoria nos indicadores de saúde e educação pode ser decorrente, por exemplo, da maior atenção dos governos a essas áreas. Portanto, o bem-estar econômico é uma parcela do bem-estar social. Outro descuido de alguns autores⁴ é usar equivocadamente a expressão “qualidade de vida” como objetivo último do desenvolvimento econômico. Ora, a pergunta a fazer é a seguinte: O que é qualidade de vida? É possível medir qualidade de vida? Uma pessoa residente no interior tem uma qualidade de vida inferior à de uma, por exemplo, do centro da cidade de São Paulo? Parece que qualidade de vida, além do caráter financeiro, requer, sobretudo, uma visão de opção subjetiva de vida, a qual se torna difícil de mensurar.

4 EXEMPLOS DO PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Ao término da Segunda Grande Guerra Mundial, as transformações políticas, econômicas e sociais levaram os cientistas, inclusive os econômicos, a não só buscar explicações, mas também apontar soluções de prazos mais longos para problemas em diversas áreas. Pelo viés econômico e social, o pensamento *neomalthusiano* reaparece com toda a força para explicar o subdesenvolvimento dos países. Szmrecsányi (1980) revela que esse pensamento se baseia na observação de que nem todas as etapas da Teoria da Transição Demográfica se verificavam nesses países. Mas, ao contrário, percebiam-se uma “explosão demográfica” em virtude da intensa redução da mortalidade (em grande parte fruto da melhoria nas condições de saúde pública) e a manutenção, e até elevação, das taxas de

⁴ Ver, por exemplo, Vasconcellos, Gremaud e Toneto Júnior (1999, p. 64) e Paulani e Braga (2000, p. 229).

natalidade. Segundo esse autor, os adeptos do *neomalthusianismo* encaram o crescimento da população como empecilho ao desenvolvimento: com a larga base da pirâmide etária e a alta relação de dependência, os investimentos das famílias e do Estado direcionam-se, em maior volume, às necessidades sociais (educação, moradia, saúde...), prejudicando, assim, o investimento produtivo e reduzindo o nível de poupança. Em um período de tempo maior, ocorre também a expansão das faixas etárias produtivas ou da População Economicamente Ativa (PEA), desequilibrando a oferta e a demanda no mercado de trabalho, o que eleva o desemprego e, com isso, se reduz o nível de vida.

A solução apontada pelos *neomalthusianos* consiste no controle da natalidade por meio de métodos anticoncepcionais e da disseminação de programas educacionais de planejamento familiar. Esses autores tendem a se aproximar de um modelo familiar pequeno, ou seja, buscam relacionar inversamente bem-estar ou nível de vida com o tamanho da família. Trata-se de incorporar ao pensamento dessa corrente a Teoria da Capilaridade Social, do sociólogo Dumont (1983), a qual relata que a ascensão social depende de uma unidade familiar pequena. A explicação residia no fato de que, na sociedade moderna, a elevação do nível de vida dependia mais do esforço próprio traduzido, por exemplo, em maiores níveis de educação e promoção pessoal. Uma família numerosa impediria esse processo em virtude do aumento dos gastos com os filhos.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Cepal para pensar os empecilhos ao desenvolvimento da América Latina e Caribe. Segundo Souza (1995, p. 143), “a Cepal liderou a maior corrente de pensamento desenvolvimentista da história das nações”. As ideias dessa comissão partiam do princípio da existência de um “centro” e uma “periferia”, ou seja, a existência de um país central (ou alguns) que comanda o desenvolvimento tecnológico e uma grande e heterogênea periferia subdesenvolvida e dependente.

Raúl Prebisch, um dos primeiros economistas da Cepal, notou que existia uma deterioração dos termos de troca entre os países de produção agrícola e os de produção industrial, gerando transferência de renda dos primeiros para os últimos. Nesse sentido, a alternativa para os países chamados periféricos seriam a industrialização e a diversificação dos mercados externos. A substituição de importações – a qual receberia crescente apoio dos economistas cepalinos –, que

objetivava primeiro resolver o problema no balanço de pagamentos, acabaria condicionando a entrada de bens não essenciais ou dos que possuíssem similar nacional, protegendo e dinamizando, assim, a indústria interna⁵.

Além do fator externo, Prebisch apontava condicionantes internos para o subdesenvolvimento dos países da América Latina e Caribe: a elevada concentração fundiária ostentadora de cultivo pré-capitalista que, portanto, não se modernizava; a reduzida dimensão do mercado interno derivada da pobreza e dessa estrutura agrária concentradora, gerando baixa produtividade e, conseqüentemente, pouco investimento; e o alto crescimento demográfico, o qual elevava a demanda de alimentos e o custo de vida, além de aumentar os gastos sociais, limitando o investimento público (SOUZA, 1995).

Nos anos 1960, o economista estadunidense Walt Whitman Rostow apresentou, em seu livro “As etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista”, uma abordagem histórica sobre cinco etapas pelas quais os países capitalistas deveriam atravessar para o alcance de um nível de desenvolvimento desejável: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa. O estudo de Rostow baseou-se nos países que, em meados do século 20, já haviam atingido essas cinco etapas, a saber: Inglaterra, EUA, Alemanha, França e Canadá.

A *sociedade tradicional*, devido à baixa produtividade agrícola, aplica quase todos seus recursos na produção agrícola, tendo por exemplo o mundo pré-*newtoniano*, as dinastias da China, a civilização do Oriente Médio e Mediterrâneo e a Europa medieval. Já na segunda etapa, *as condições para o arranco*, inicia-se a utilização de novas técnicas na agricultura; surgem homens de negócio e bancos, melhoram-se os transportes e os serviços de comunicação, amplia-se o comércio internacional. Não obstante, a nova estrutura convive ainda com antigos métodos de produção e estrutura social. No *arranco*, todos os entraves ao progresso técnico são superados. Altos investimentos são feitos pela classe empresarial em expansão, que também dirige o setor primário. A *marcha para a maturidade* é a fase em que a produção ultrapassa o crescimento demográfico, em virtude do elevado nível de investimento. Não existe carência tecnológica em nenhum setor, e o comércio internacional expande-se virtuosamente. Na última etapa, *a era do consumo em*

⁵ Para saber mais a respeito do modelo de substituição no Brasil, ver Tavares (2000).

massa, a maioria da população é urbana e tem sua renda acima do nível de subsistência. O consumo desloca-se para bens duráveis, e a sociedade deseja melhor nível de bem-estar (ROSTOW, 1971).

O pensamento da Cepal contrapõe-se à abordagem de Rostow e à visão eurocentrista dos economistas que imaginavam o desenvolvimento como um processo pelo qual todos os países chegariam. O fato de um país ser considerado desenvolvido economicamente não significa que no passado ele foi subdesenvolvido. “[...] O subdesenvolvimento, longe de constituir um estado de atraso anterior ao capitalismo, é antes uma conseqüência e uma forma particular do desenvolvimento capitalista [...]” (SANTOS *apud* TODARO, 1981, p. 159). De acordo com Celso Furtado (1977, p. 189), o subdesenvolvimento é “[...] um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”. Daí, surgiram as teorias do subdesenvolvimento, estabelecendo as causas de a maioria dos países não conseguir alcançar esses objetivos e quais seriam os passos para atingi-los. Na América Latina e no Caribe, tais teorias foram concebidas pela Cepal, tendo como pano de fundo o marco histórico-estruturalista e a orientação para maior intervenção estatal.

5 A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES E O EMPREGO DO RECURSO ESCASSO MAIS IMPORTANTE (O TRABALHO)

Chegou-se ao fim do segundo milênio da era cristã e a mais de três séculos do processo de produção capitalista com desafios enormes a serem enfrentados. O ser humano desenvolveu espetacularmente as forças produtivas, de modo a dominar os metais, a comunicação, os meios de transporte. Além disso, avanços extraordinários na medicina dissiparam inúmeras doenças que até então eram consideradas incuráveis e matavam muitas pessoas (HARARI, 2017). No entanto, não se vislumbra, num futuro próximo, melhorias significativas para os que estão submetidos a constante privação das suas necessidades, especialmente as básicas. Isso decorre também da má utilização do recurso humano, o mais importante fator de produção.

Necessário se faz enfatizar que a desigualdade entre os homens sempre existiu e não é resultado somente da ascensão histórica do modo de produção

capitalista. Na história recente da humanidade, a admissão e tolerância às desigualdades sempre envolveram um poderoso fundo ideológico moldado por instituições nacionais, internacionais e até “divinas”. Antes de tudo, as desigualdades são fruto dessas relações sociais de cada tempo histórico. Como exemplo, na gênese do capitalismo, a desigualdade e a pobreza eram vistas como “[...] produto do fracasso pessoal, e a sociedade não era responsável por sua existência” (REZENDE, 2000, p. 85). No século 18, Jean-Jacques Rousseau expunha a existência de duas formas de desigualdade: natural ou física (diferenças na idade, saúde, força corporal...) e moral ou política, e contra a primeira nada poderia ser feito, pois estava estabelecida pela natureza; já a segunda

[...] depende de uma espécie de convenção e foi estabelecida, ou ao menos autorizada, pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios desfrutados por alguns em prejuízo dos demais, como o de serem mais ricos, mais respeitados, mais poderosos que estes, ou mesmo mais obedecidos (ROUSSEAU *apud* REZENDE, 2000, p. 90).

Diante do significado de desenvolvimento econômico atribuído neste trabalho, que leva em conta a satisfação das necessidades pelo consumo, a qual é alcançada pela melhor alocação dos recursos, observa-se que, em boa parte das regiões do mundo, no fim do século 20, esse processo continuava muito desigual, pois o principal recurso – as capacidades humanas potencializadas pelo trabalho – estava sendo mal empregado, subutilizado e remunerado aquém do necessário para cobrir as necessidades dos trabalhadores, inclusive as básicas. Celso Furtado, em *Dialética do desenvolvimento*, ao verificar o baixo nível de rendimento dos trabalhadores, relata que eles “[...] tendem a consumir a totalidade daquilo que lhes chega às mãos e logo tomam consciência de que estão submetidos a um regime de permanente racionamento na satisfação de suas necessidades” (FURTADO, 1964, p. 62).

A insuficiente remuneração do trabalho e a persistente desigualdade de renda em grande parte do mundo impedem avanço no combate à pobreza. “A quantidade de crescimento necessária para reduzir a pobreza⁶ depende do nível de

⁶ Segundo o Banco Mundial (2000, p. 2), a maneira de ver a pobreza pelos pobres vai além da definição corriqueira. Inclui também “[...] o sentimento de falta de poder, a incapacidade de se expressar, a vulnerabilidade e o medo”. Com o objetivo de simplificar, este trabalho entende pobreza como insuficiência de renda. “[...] Uma família é pobre quando sua renda per capita for tão pequena que não seja suficiente para adquirir os bens e serviços necessários para a sobrevivência

desigualdade de um país – quanto mais desigual for a distribuição do rendimento, menores são os benefícios do crescimento para os pobres” (PNUD, 2002, p. 18). No fim do século 20, “entre os 73 países com dados (80% da população mundial), 48 contabilizaram um aumento da desigualdade desde os anos 1950, 16 não experimentaram mudanças e só 9 – com apenas 4% da população mundial – viram diminuir a desigualdade” (PNUD, 2002, p. 20). Passa despercebido por muitos economistas, e alguns estudiosos de outras áreas, que o cálculo do produto nacional bruto (PNB),

[...] e especialmente sua taxa de crescimento, é, na realidade, em grande parte o cálculo da taxa de crescimento das rendas dos vinte por cento superiores da população que recebem uma parcela desproporcionalmente grande do produto nacional (TODARO, 1981, p. 242).

A pobreza tem, então, sua base em fatores econômicos, ou seja, de como a sociedade produz e distribui a riqueza. Entretanto, sua eliminação ou redução depende de outros fatores, como nível de educação e saúde, igualdade entre os sexos, nível de emprego e salários, além dos fatores de estabilidade política (eliminação de conflitos armados...). Assim, “a minoração da pobreza em massa é o teste crucial para o desenvolvimento econômico” (LEIBENSTEIN, 1967, p. 13).

O crescimento populacional está longe de ser uma das principais causas da pobreza, da desigualdade e do subdesenvolvimento econômico. O problema populacional precisa ser visto com outros agravantes da realidade sociocultural de cada país ou região. Pode-se aceitar que esse crescimento intensifica os problemas sociais, caso se dê, principalmente, entre as classes mais pobres⁷. Contudo, a sociedade, ao produzir e reproduzir a pobreza, parece querer isentar-se desse peso, ao propor que a pobreza é em si a principal geradora de pobreza. Certamente, o estado de privação de necessidades (falta ou insuficiência de saneamento básico, educação, moradia, saúde, alimentação...) no qual as camadas mais pobres estão submetidas ajuda a perpetuar o ciclo.

O “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001: o ataque a pobreza”, do Banco Mundial, já relatava a “pobreza num mundo de abundância”, no

adequada de seus membros. Determinar as causas da pobreza de uma família significa, portanto, identificar os fatores de que depende a renda per capita de seus membros” (PNUD, 1996, p. 25).

⁷ Em geral, o crescimento populacional, apesar da alta mortalidade em razão do próprio estado de vida, é maior entre as classes mais pobres. As elevadas taxas de natalidade decorrem, principalmente, do baixo nível instrução, da condição de submissão e dependência das mulheres e da falta de planejamento familiar.

fim do segundo milênio. Num período de bonança para muitos países, “[...] 2,8 bilhões de pessoas – quase metade da população do mundo – viv[iam] com menos de US\$ 2 por dia. [...] Desse total, 1,2 bilhão viv[ia] à margem da vida, com menos de US\$ 1 por dia” (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 3)⁸. A situação de pobreza extrema por região do planeta pode ser mais bem visualizada na Tabela 1, a qual contém informações sobre a temática em tela que datam do início e do fim dos anos 1990. Verifica-se que a porcentagem dos que vivem apenas com um dólar/dia em relação à população total reduziu praticamente em todas as regiões. Porém, como já dito anteriormente, o crescimento demográfico e a péssima distribuição de renda, associados a fatores políticos, guerras, ajudaram a manter quase inalterado o número total de pessoas (em milhões) que viviam nessa situação.

Tabela 1 - Pessoas que viviam com 1 dólar/dia em 1990 e 1999, por continentes e regiões selecionadas

Região	Parcela (porcentagem)		Número (milhões)	
	1990	1999	1990	1999
África Subsaariana	47,7	46,7	242	300
Ásia Oriental e Pacífico	27,6	14,2	452	260
Excluindo a China	18,5	7,9	92	46
Ásia do Sul	44,0	36,9	495	490
América Latina e Caribe	16,8	15,1	74	77
Europa Central, do Leste e CEI	1,6	3,6	7	17
Médio Oriente e África do Norte	2,4	2,3	6	7
Total	29,0	22,7	1.276	1.151
Excluindo a China	28,1	24,5	916	936

Fonte: World Bank (2002c *apud* PNUD, 2002, p.18).

Nota: 1 dólar por dia corresponde a 1,08 dólares a preços de 1993 em Paridades de Poder de Compra (PPC).

A maior parte da população mundial, em 1999, que vivia na pobreza extrema (com menos de um dólar/dia), encontrava-se na Ásia (aproximadamente, 65%), em

⁸ “Al fijar una línea de pobreza común a todos os países, inevitablemente surgen dificultades de comparabilidad relacionadas con los distintos niveles de precios vigentes en cada uno de ellos. Este problema se intenta resolver, al menos parcialmente, empleando tipos de cambio que reflejen una “paridad del poder adquisitivo” (PPA), es decir, tipos de cambio corregidos de manera que un dólar tenga la misma capacidad de compra en cualquier lugar del mundo. [...] El último paso en el procedimiento para calcular la pobreza consiste en llevar los datos de la encuesta al mismo año de referencia de la línea de pobreza, para lo que se deflactan estos valores de acuerdo a la evolución del índice de precios al consumidor (IPC) en ese periodo” (Cepal, 2001, p. 51).

virtude também do grande contingente populacional que tal região abriga, notadamente a China e a Índia. Segundo o FNUAP (1992), entre 1970 e 1985, a população pobre nesse continente aumentou 75 milhões. Na África Subsaariana, 300 milhões de pessoas viviam com menos de US\$ 1/dia (considerado na margem da existência humana) em 1999, uma majoração de 58 milhões durante a década de 1990. Além disso, “20 países da África Subsaariana, com mais da metade da população da região, est[avam] mais pobres [no ano 2000] do que em 1990 – e 23 est[avam] mais pobres do que em 1975” (PNUD, 2002, p. 10).

Na Tabela 2, verifica-se um retrato do problema da pobreza enfrentado pelos países da América Latina no fim do século 20. Em 1980, de acordo com a Cepal, 62,9 milhões ou 29,8% das pessoas que viviam no meio urbano eram pobres e indigentes. Esse número subiu para 134,2 milhões (37,1%) em 1999, retratando o inchaço das cidades e os problemas advindos pela falta de estrutura urbana, baixa qualificação da força de trabalho, desemprego. O número de pobres, em 1980, era maior na zona rural que no meio urbano. Em 1990, o número de pobres no meio urbano era praticamente o dobro do verificado em 1980 e superou o contingente de pobres residentes na zona rural. Apesar disso, o número de pobres na área rural continuou a crescer, passando de 73,0 milhões, em 1980, para 77,2 milhões em 1999. Assim, a porcentagem de pobres na zona rural em relação a sua população elevou-se de 59,9% para 63,7%, de 1980 para 1999. Havia, portanto, uma tendência de aumento da pobreza nas duas áreas.

Com o exposto até aqui sobre os níveis de privação das necessidades básicas de parte da população, pode-se aferir que o recurso humano estava subutilizado. Como utilizá-lo satisfatoriamente? Ou como alcançar o pleno emprego dos fatores de produção, especialmente o do fator trabalho? Esses questionamentos, desafiadores para toda a sociedade, são muito caros à Ciência Econômica, pois mexe com o sentimento de milhões de pessoas. “A falta de emprego [...] lhes retira a oportunidade de desenvolverem as suas capacidades e destrói a sua dignidade e amor-próprio” (PNUD(b), 1996, p. 54).

Tabela 2 - População pobre e indigente na América Latina entre 1980 e 1999 (a).

Anos	Pobres (b)						Indigentes (c)					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	Milhões	%	Milhões	%	Milhões	%	Milhões	%	Milhões	%	Milhões	%
1980	135,9	40,5	62,9	29,8	73,0	59,9	62,4	18,6	22,5	0,6	39,9	32,7
1990	200,2	48,3	121,7	41,4	78,5	65,4	93,4	22,5	45,0	15,3	48,4	40,4
1994	201,5	45,7	125,9	38,7	75,6	65,1	91,6	20,8	44,3	13,6	47,4	40,8
1997	203,8	43,5	125,7	36,5	78,2	63,0	88,8	19,0	42,2	12,3	46,6	37,6
1999	211,4	43,8	134,2	37,1	77,2	63,7	89,4	18,5	43,0	11,9	46,4	38,3

Fonte: Cepal (2001, p. 38). Com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

(a) Estimativa correspondente a 19 países da região.

(b) Pessoas em situação de pobreza, inclusive em situação de indigência.

(c) Pessoas em situação de indigência.

De fato, “qualquer que seja a causa, o desemprego está a criar uma sociedade polarizada na qual milhões de pessoas são consideradas supérfluas” (PNUD(b), 1996, p. 58). Nesse sentido, o nível de bem-estar de parte da população pode ser baixo, interferindo, assim, na liberdade de escolha das pessoas e das famílias. Todos os indivíduos possuem liberdade para comprar bens e serviços, no entanto nada adiantará se elas não possuírem renda suficiente. Um exemplo interessantíssimo é a comparação entre o monge e o pobre. “Tanto o monge que jejua como o pobre esfomeado têm fome – a diferença é que o primeiro exerce sua liberdade de escolha, o segundo não” (PNUD(b), 1996, p. 49).

Independentemente de qualquer posição teórica, há de se concordar que a quase totalidade das famílias somente possui como fator de produção o seu trabalho, por isso o direito a uma ocupação deve ser garantido. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948, art. XXIII), “todo ser humano tem direito ao trabalho, [...] a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”. Não obstante, as famílias pobres, as quais não possuem outra fonte de renda a não ser a remuneração do seu trabalho ou certa poupança, passam por muitas dificuldades em regiões onde existem altos índices de desemprego e o sistema de seguridade social é falho.

Mais do que garantir o emprego da força de trabalho, torna-se necessário remunerá-la adequadamente. A utilização eficaz do recurso humano inclui sua satisfatória remuneração. “Todo ser humano que trabalha tem direito a uma

remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana [...]” (ONU, 1948, art. XXIII).

6 CONCLUSÃO

Por meio do estudo conceitual das palavras desenvolvimento e economia, atribuiu-se um significado para o desenvolvimento econômico, que pode ser visto como o resultado de um processo gradual e contínuo de satisfação, por meio do consumo, das crescentes necessidades das pessoas por serviços e bens econômicos, mediante a alocação e administração eficientemente dos recursos escassos.

Neste artigo, foram discutidas duas vertentes teóricas sobre o desenvolvimento econômico: uma que considerada seu significado atrelado ao crescimento econômico, tendo por indicador o aumento do produto, não conferindo importância aos aspectos qualitativos do crescimento; e outra que analisa o desenvolvimento econômico na perspectiva do desenvolvimento humano, que é mais amplo, pois envolve não só aspectos econômicos.

No período pós Segunda Guerra Mundial, há um despertar para os problemas do subdesenvolvimento. Destacaram-se as ideias dos neomalthusianos, que encaram o crescimento populacional como empecilho ao desenvolvimento. Por outro lado, a Cepal surge para pensar e propor soluções para a América Latina e o Caribe diante dos condicionantes que impediam seu desenvolvimento. O pensamento da Cepal contrapunha-se à visão harmoniosa do processo de desenvolvimento, que previa as fases que todos os países deveriam passar para chegar ao estágio final.

Diante do significado de desenvolvimento atribuído neste trabalho, que leva em conta a satisfação das necessidades pelo consumo, observou-se que, na maioria das regiões e nos países da América Latina, esse processo continuava muito desigual, pois as necessidades de boa parcela da população, por bens e serviços econômicos, não estavam sendo atendidas no fim do século 20.

Além disso, o trabalho, potencializado pelas capacidades humanas, considerado o principal recurso do sistema econômico, encontrava-se mal empregado e mal remunerado, levando milhares de pessoas à privação de consumo; ou seja, parcela significativa da população mundial possuía rendimentos

insuficientes para comprar bens e adquirir serviços para satisfazer suas necessidades, especialmente as básicas.

Ao considerar a pessoa humana como o recurso mais importante na produção social, não há como conceber sua exclusão das benesses do crescimento econômico. Esse quadro mudará no momento em que as pessoas não forem vistas apenas como meios de alcançar maiores níveis de atividade econômica. Portanto, o crescimento deve estar a serviço do desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. **Novo relatório do Banco Mundial urge abordagem mais ampla para reduzir a pobreza: oportunidades, fortalecimento e segurança são cruciais.** Washington, 12 set. 2000. Comunicado à imprensa n.º 2001/042/S. 4 p. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/NEWS/Resources/pr091200po.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2017.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na Cepal: uma resenha. In: _____ (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal.** Rio de Janeiro: Record, 2000. 1 v. p. 13-68.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (Cepal). O hiato da equidade: América Latina, Caribe e a Conferência de Cúpula Social. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal.** Rio de Janeiro: Record, 2000. 2v. p. 921-936.
- _____. **Panorama social de América Latina 2000-2001.** Santiago de Chile: Nações Unidas, 2001.
- DUMONT, Louis. **Essais sur l'individualisme: une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne.** Paris: Éditions du Seuil, 1983.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO (FNUAP). **A situação da população mundial – 1992.** Nova Iorque, 1992. 50 p.
- _____. **Resumo do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – 1994.** Nova Iorque, 1995. 32 p.
- FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1964.
- _____. **Teoria e Política do desenvolvimento econômico.** 6. ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- HARARI, Yuval N. **Sapiens: uma breve história da humanidade.** 29. ed. Porto Alegre: L&PM. 2017.

LEIBENSTEIN, Harvey. **Atraso e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: USAID – Fundação Getúlio Vargas, 1967.

MEIER, Gerald M.; BALDWIN, Robert E. **Desenvolvimento econômico: teoria, história, política**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. 30 artigos.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Uma aliança global contra o trabalho forçado**: relatório global do seguimento da declaração da OIT sobre princípios e direitos fundamentais no trabalho. 2005. Genebra: Secretaria Internacional do Trabalho.

PAULANI, Leda M.; BRAGA, Márcio B. **A nova contabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 228-256.

PINTO, Aníbal. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinqüenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 2 v. p. 567-588.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinqüenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 1v. p. 69-136.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil 1996**. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

_____. (b). **Relatório do desenvolvimento humano 1996**. Lisboa: Tricontinental, 1996.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano 2002**. Portugal: SIG, 2002.
REZENDE, Maria J. A desigualdade entre os homens. In: TOMAZI, Nelson D. (coord.). **Iniciação à sociologia**. 2. ed. São Paulo: Atual, 2000. p.81-91.

_____. (b). As desigualdades sociais no Brasil. In: TOMAZI, Nelson. D. **Iniciação à sociologia**. 2. ed. São Paulo: Atual, 2000. p. 111-129.

RIZZIERI, Juarez A. B. Introdução à economia. In: PINHO, Diva B.; VASCONCELLOS, Marco A. S. de. **Manual de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 1-24.

RODRÍGUEZ, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981. p. 15-28.

ROSSETTI, José P. **Introdução à economia**. 14. ed. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 1990. p. 25-134.

ROSTOW, Walt W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. cap. 2, p. 16-51.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SOUZA, Nali de J. de. **Desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Retrospecto histórico de um debate. In: SANTOS, J.L.F.; LEVY, M.S.F.; SZMRECSÁNYI, T. (org.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. p. 263-274.

TAVARES, Maria da C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 1v. p. 217-237.

TAVARES, Maria da C; SERRA, José. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 2v. p.589-608.

TODARO, M. P. **Introdução à economia: uma visão para o terceiro mundo: uma introdução aos princípios, problemas e políticas para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

VASCONCELLOS, A.S. de; GREMAUD, A.P.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 61-81.